

A HETERONOMIA E POBREZA DE EXPERIÊNCIA: APONTAMENTOS SOBRE O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NA ATUALIDADE COM BASE NA TEORIA CRÍTICA

HETERONOMY AND POVERTY OF EXPERIENCE: NOTES ON FORMATION PROBLEMS ON NOWADAYS BASED ON CRITICAL THEORY

Glauce CARVALHO¹; Nivaldo Alexandre de FREITAS¹

¹ Faculdade de Psicologia, Fundação Hermínio Ometto (UNIARARAS)

Autor responsável: Nivaldo Alexandre de Freitas. Endereço: Rua Padre Vieira, n. 747, Apartamento 94. Campinas – SP. CEP: 13.015-301. *E-mail*: <nivaldo@uniararas.br>.

RESUMO

O presente artigo discute alguns dos vários obstáculos para a formação do indivíduo, ou seja, para a formação do sujeito autônomo, capaz de pensar por si mesmo no sentido kantiano, sem a direção de outrem. Com base teórica em Kant, Theodor Adorno e Walter Benjamin, procura-se destacar as barreiras para a emancipação. A preocupação em torno da questão da autonomia se deve ao fato de que sua ausência é capaz de conduzir à barbárie, como as que o século XX deu testemunha em campos de concentração, já que o sujeito, por exemplo, é submetido a lideranças autoritárias. Pode-se dizer que o desenvolvimento cego da técnica, pensada como fim e não como meio, a pobreza de experiências formadoras e a indústria cultural como meio para manipular as massas são alguns dos elementos analisados que se configuram como obstáculos à formação do indivíduo. Busca-se, finalmente, mostrar que a ausência de sujeitos autônomos é fato que oblitera o funcionamento adequado da própria democracia.

Palavras-chave: Indivíduo; Autonomia; Emancipação; Educação; Teoria Crítica.

ABSTRACT

The article strives to discuss some of the many obstacles to the formation of the individual, that is, the formation of the autonomous person, able to think for himself in the Kantian sense, without interference of another person. Based in Kant, Theodor Adorno and Walter Benjamin these reflections try to highlight the obstacles to emancipation. The concern about the issue of autonomy is due to the fact that its absence may lead to barbarism, as witnessed in concentration camps in the twentieth century, because the individual, for example, undergoes authoritarian leaders. The blind technical development thought as an end and not a means; lack of formative experiences and the cultural industry as a manipulative way of the masses are some of the analyzed elements that become obstacles to the individual formation. Finally, it seeks to show that the absence of autonomous persons is the fact that obliterates the good performance of democracy.

Key words: Individual; Autonomy; Emancipation; Education; Critical Theory.

1. Introdução

A influência que a sociedade exerce na formação dos indivíduos, além de suas consequências, têm sido tema de debates entre os pensadores das mais variadas vertentes intelectuais. O presente trabalho pretende discutir sobre a importância da formação de sujeitos autônomos como condição prévia para o pleno exercício da democracia e para a conquista de uma sociedade que propicie lidar com as adversidades da vida. Além disso, será feita uma consideração sobre as possíveis barreiras que a organização social e a indisposição do sujeito em atingir sua emancipação oferecem a esse processo.

Assim, pode-se dizer que a dificuldade de fazer uso da própria razão sem a direção de outro e o problema da pobreza de experiências são dois elementos centrais que obstam a formação de sujeitos emancipados.

2. Método

As reflexões aqui propostas fundamentam-se em três pensadores: Immanuel Kant, Theodor Adorno e Walter Benjamin. Trata-se de um estudo que toma quatro textos como campo de pesquisa capaz de problematizar a questão da formação do indivíduo. Os textos são *Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?*, de Kant; *A indústria cultural e Educação após Auschwitz*, de Adorno; e *Experiência e pobreza*, de Benjamin.

Kant é um pensador do século XVIII, cuja importância é sentida nas reflexões de Adorno e Benjamin, representantes da chamada Teoria Crítica da Sociedade, que é uma síntese filosófica do século XX que refletiu acerca dos vários problemas desse século, principalmente sobre as fundações subjetivas e objetivas do nazismo europeu, que propiciaram os horrores do campo de concentração. Assim, tal perspectiva teórica é importante e promissora para se pensar sobre os problemas da formação do indivíduo.

3. Razão e emancipação

Immanuel Kant (1982) estabelece a importância de uma reforma na maneira de pensar do sujeito, para que, por meio do uso da razão, ele atinja a emancipação, tornando-se capaz de tomar decisões de maneira consciente sem a influência de tutores. Para o autor, o conceito de *esclarecimento* está intimamente relacionado à liberdade, já que

somente seria possível atingir o primeiro com a conquista do segundo.

No entanto, Theodor Adorno (2000) observa que as pessoas não estavam psicologicamente preparadas para a autodeterminação quando lhes foi conferida liberdade para isso, o que, somado a condições sociais, produziu comportamentos irracionais, como, por exemplo, ao que a humanidade assistiu no campo de concentração de Auschwitz. Com a preocupação de que este e outros tipos de violência não ocorram novamente, Adorno (2000) defende a importância de uma formação crítica por meio da educação, de modo a promover um esclarecimento social, intelectual e cultural.

Dentre as condições sociais que favorecem comportamentos irracionais, Adorno (2000) observa que pessoas que se diluem em coletivos estão mais propensas a tais atitudes e percebe que o desenvolvimento da técnica tem sido usado a serviço da massificação da sociedade ao invés de contribuir com o esclarecimento dela. Ainda segundo esse autor, até mesmo a cultura, em grande parte, é produzida pela indústria de maneira mecânica e consumida sem que haja qualquer crítica em relação aos caminhos que a sociedade tem tomado (ADORNO, 1978).

Walter Benjamin (1994), outro pensador que tomou a formação humana como objeto de reflexão, aponta que é pela aquisição de experiências comunicáveis que o sujeito se torna singular e somente por meio delas seria possível vincular o patrimônio cultural à humanidade, condição essa que permite ao humano distanciar-se de comportamentos desumanos. No entanto, o autor constata que o homem tem vivenciado guerras, fome e outras formas de barbárie indignas de ser transmitidas entre gerações.

A atual organização social, portanto, dificulta a formação do indivíduo autônomo, o que leva o sujeito a orientar-se pelo movimento das massas, cuja condução é exercida pelas instituições sociais. Pode-se dizer que essa análise é de fundamental importância para o desenvolvimento profissional do psicólogo que se propõe a compreender o ser humano com a finalidade de auxiliar o sujeito a superar suas mazelas.

O processo de formação do indivíduo deveria incluir o que Kant (1982, p. 100) descreveu como “saída do homem de sua menoridade, da qual

ele próprio é culpado”. Dessa forma, é necessário fazer o uso da razão, livre da influência de tutores, para que se possa atingir o *esclarecimento*. O autor destaca que alguns fatores inerentes ao próprio homem e outros externos a ele impedem esse processo, pois a dificuldade em atingir a maioria em virtude da ameaça que ela oferece àqueles que se beneficiam da ignorância acovarda o sujeito que se acomoda na condição de tutelado, o que revela sua preguiça em caminhar rumo à sua emancipação. Além dessas condições internas de que o homem precisa se dispor para conquistar sua autonomia, é necessário que as instituições sociais a que ele pertence lhe confirmem liberdade para isso.

Além desses critérios prévios para iniciar o movimento em busca da capacidade de pensar por conta própria, Kant (1982) afirma que este é um processo que se desenvolve lentamente e não por meio de uma revolução, já que esta permite a derrubada de um governo e a mudança de um sistema econômico, mas não possibilita uma renovação na forma de pensar; afinal, uma massa que não está habituada a fazer uso da razão, frente a uma nova organização social, somente substituiria os velhos preconceitos por novos que seriam formulados.

Uma vez conquistada a liberdade, torna-se possível fazer o uso público da razão, ou seja, o indivíduo *esclarecido* passa a ter a oportunidade e o dever de discursar sobre suas reflexões acerca de qualquer assunto que seja a ele pertinente com a intenção de incentivar sua plateia ao esclarecimento. Da mesma forma, a liberdade confere a possibilidade de fazer o uso privado da razão no exercício de um cargo ou função profissional que se pratica no interesse da comunidade. No entanto, o uso da razão, nesse caso, é mais estreito e deve respeitar alguns critérios para não infringir o regimento da instituição a que o indivíduo pertence (KANT, 1982).

Frente a essas proposições, o autor conclui que o *esclarecimento* é vital para o curso do desenvolvimento humano, uma vez que renunciar a ele compromete sua condição humana de fazer o uso da razão, além de prejudicar sua descendência (KANT, 1982).

4. Experiência e formação da subjetividade

Se para Kant (1982) o *esclarecimento* seria a maneira pela qual o homem poderia sair do estado de selvageria, para Benjamin (1994), a aquisição de experiências comunicáveis também é fundamental para que ele caminhe nessa direção.

Benjamin (1994) define como experiência comunicável algo que possa ser transmitido entre gerações, opondo-se ao que o homem tem experimentado com as guerras, as crises econômicas, a fome ou com a moral dos governantes. Na trajetória em busca do progresso, o ser humano distancia-se da busca pelo conhecimento, o que mostra que grande parte do suposto progresso é, na verdade, regressão. Segundo o autor (1994, p. 115): “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem”, pois, ao contrário do que se poderia esperar com o Renascimento, o excesso de informações vazias que se constituiu a partir desse período levou a uma pobreza de experiências, sem as quais não há como a humanidade se vincular com o patrimônio cultural deixado por seus antecessores; além disso, essa ausência de experiências produz uma nova barbárie.

No entanto, Benjamin (1994), inserido em uma tradição de pensamento dialético, percebeu que diante dessa barbárie foi possível produzir algo positivo, pois ela permitiu um novo começo partindo de uma tábula rasa.

Benjamin (1994) mostra os exemplos de Descartes, que teria iniciado sua filosofia como um naufrago à procura de um ponto fixo, e Einstein, que teria elaborado sua física a partir de um descompasso mínimo da teoria de Newton.

Para dizer que o novo homem deseja romper com determinados hábitos herdados, Benjamin (1994) apresenta ainda outros autores e exemplos, como Paul Scheerbarth, escritor alemão que elabora a ideia da construção de casas de vidro, o que, para Benjamin, significa que há a intenção de que nada se fixe nesse lugar, já que o vidro é um material duro, liso e desprovido de aura, e conclui que essa seria a profecia de uma nova pobreza.

Para ilustrar esse entusiasmo do ser humano em produzir objetos que aboliriam os seus vestígios na terra, Benjamin (1994) faz referência ao poema “Apaguem os rastros”, do livro *Cartilha para os cidadãos*, de Brecht, já que apagar os rastros era a

intenção de Scheerbart ao defender a cultura de vidro, a qual seria capaz de promover uma mudança nos homens, transformando-os em “criaturas inteiramente novas, dignas de serem vistas e amadas”. Com isso, Benjamin (1994, p. 118) conclui que os homens não aspiram a novas experiências:

Não, eles aspiram libertar-se de toda a experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso.

Entretanto, isso não significa que o homem moderno não experimente muitas coisas ou que seja ignorante; trata-se de um sujeito que consome demasiadamente tudo, inclusive a “cultura”, mas acaba fatigado e passa a dar sentido à sua vida pela perspectiva do desenvolvimento tecnológico, que o persuade a sonhar com soluções fantasiosas – ilustradas por Benjamin (1994) pelo camundongo Mickey – para seu desânimo, causado por uma vida sem propósito, uma existência que se basta em si, sem a preocupação com a resolução de problemas, o que faz gerar condições para que se tenha uma vida indigna.

Essa pobreza de experiências, portanto, leva o ser humano à barbárie em seu aspecto mais funesto e desumano, evidenciada pelas adversidades vividas pelo homem contemporâneo que ficará devendo aos seus descendentes um patrimônio digno de ser herdado (BENJAMIN, 1994).

5. Indústria cultural e dominação

E é a esse processo de produção de sonhos, voltado ao consumo por parte da população, que Adorno (1978) se refere quando elabora o conceito de indústria cultural, segundo o qual, com o desenvolvimento da técnica e da concentração econômica e administrativa, são feitos produtos adaptados ao consumo das massas. No entanto, apesar das massas influenciarem esse fenômeno, existe um controle social alicerçado nas técnicas de comunicação que impede qualquer possibilidade de transformação da mentalidade das massas. Sobre a elas, portanto, somente o papel de objeto, e não o de sujeito desse sistema (ADORNO, 1978).

Nesse contexto, como a arte é elaborada de acordo com as regras de mercado, ou seja, conforme a demanda, ela se torna engessada no efeito que produz e perde seu propósito de evocar

no homem um sentido ou um protesto da sua própria existência. Vale ressaltar que esse sistema não atinge somente a arte superior; a arte que surge nas camadas populares também é contaminada por ele e, com isso, perde sua “natureza resistente e rude” (ADORNO, 1978, p. 287). Dessa forma, o que se espera de quem consome essa cultura é um “consentimento total e não crítico” (ADORNO, 1978, p. 289).

O desenvolvimento da técnica prometia o novo; no entanto, a indústria cultural reproduziu a mesma fórmula com uma nova roupagem, mantendo-se o único objetivo: a obtenção de lucro. Os produtos foram apresentados de maneira individual para fortalecer a crença de individualidade, mas a intenção da indústria cultural era a de uniformizar o comportamento e não a de difundir a arte, e o que ela apresenta como sublime é a própria indústria. Nesse sentido, o uso da técnica na composição genuína da arte diferencia-se da função que ela exerce na indústria, cuja finalidade é a distribuição e a reprodução mecânica do que é produzido por ela (ADORNO, 1978).

Adorno (1978) destaca a preocupante influência da indústria cultural na formação da consciência das pessoas e observa que restringir a crítica dirigida a esse fenômeno ao fato estético e à vulgarização da arte é o mesmo que legitimar suas consequências danosas, por conta da fraqueza e da superficialidade da crítica. Além disso, observar o evento como algo inofensivo, que poderia ser benéfico até certa medida por divulgar informações, conselhos e também transmitir modelos que servem para atenuar tensão é, no mínimo, alarmante em função das consequências na sociedade desse espírito insuflado nas massas. A importância de uma reflexão crítica sobre os efeitos da indústria cultural evidencia-se na atual “economia psíquica das massas”, cada vez mais talhada à violência e cuja formação e funcionamento são desconhecidos das próprias vítimas dessa indústria, levando à conclusão de que o mundo quer ser enganado (ADORNO, 1978, p. 291).

Ainda de acordo com o autor, o uso das técnicas de comunicação é mais danoso à sociedade do que o uso das bombas, pois a primeira atinge a grande maioria das civilizações com o prejuízo de difundir uma “cultura” que se esquia da expressão do sofrimento e das contradições da realidade, pois

o que é veiculado é uma representação da vida, cuja existência se encerra em si mesma. Com isso, a indústria cultural impõe normas e padrões de comportamento de maneira imperativa, impedindo uma avaliação crítica e racional do sujeito.

Pretendendo ser o guia dos perplexos, e apresentando-lhes de maneira enganadora os conflitos que eles devem confundir com os seus, a indústria cultural só na aparência os resolve, pois não lhe seria possível resolvê-los em suas próprias vidas. (ADORNO, 1978, p. 293).

Quanto aos efeitos desastrosos da indústria cultural, Adorno (1978) constatou a dificuldade de mensurá-los com precisão, já que as principais pesquisas que poderiam fazê-lo são financiadas pelos poderosos interessados em perpetuar esse sistema, o que não significa que não sejam perceptíveis tais consequências. No entanto, a indústria cultural persuade o ser humano a acreditar que o mundo está em ordem, o que promove um bem-estar ilusório, frustrado na própria sensação de felicidade do sujeito. A oferta de produtos a serem consumidos largamente também ajuda a construir uma falsa imagem da felicidade.

Além disso, a indústria cultural prejudica o desenvolvimento da autonomia necessária para que o sujeito seja capaz de tomar suas decisões de maneira consciente, o que impede o exercício pleno da democracia, pois, embora os homens tenham conquistado maturidade e capacidade de elaborar meios de produção muito sofisticados ao longo de sua trajetória histórica, ficam impedidos de atingir sua emancipação pela coerção dessa indústria.

Sendo assim, para que haja a formação do indivíduo autônomo, capaz de refletir e posicionar-se criticamente sobre qualquer decisão a ser tomada em seu próprio interesse ou pelo interesse da sociedade, é necessário que ele seja incentivado a fazer o uso da razão sem influência de tutores, que adquira experiências comunicáveis para se distanciar de atitudes desumanas e liberte-se da ilusão de um mundo em ordem imposto pela indústria cultural, pois quanto mais o ser humano afasta-se dessa formação autônoma e crítica, mais ele se aproxima de comportamentos irracionais como o que ocorreu em *Auschwitz*. Sobre isso, Adorno (2000) propõe que a educação deve ser voltada para a emancipação, com a finalidade de construir uma sociedade livre das condições que geram precedentes para a barbárie.

Segundo o autor, as bases da estrutura social permaneceram as mesmas depois de *Auschwitz* e seria fundamental compreender de que maneira a sociedade gera atitudes “anticivilizatórias” e quais mecanismos fazem com que as pessoas sejam capazes de cometer esse tipo de violência, para que isso não se repita. Dessa forma, Adorno (2000) percebe a necessidade de investigar questões subjetivas inerentes a esse comportamento, na tentativa de evitar o desenvolvimento de uma personalidade capaz de praticar tais atos, tendo em vista as limitações para alterar estruturas políticas e sociais. Dessa forma, o autor declara que as descobertas da psicologia podem auxiliar esse entendimento, pois, por meio delas, sabe-se que todo caráter se desenvolve na primeira infância, fase em que devem ser priorizadas as ações educacionais.

Além disso, Adorno (2000), em consonância com as ideias de Freud sobre o mal-estar na cultura, percebe que as pessoas se sentem sufocadas por viverem em um sistema densamente interconectado, e, na tentativa de se libertarem dessa rede, acabam mais amarradas a ela, o que aumenta a “pressão civilizatória” capaz de gerar revoltas irracionais. Ao mesmo tempo em que esse sistema cria essa teia de relações, gera desintegração entre elas, o que cria um ambiente propício para que haja um domínio sobre tudo o que é particular/individual e que poderia oferecer resistência a essa dominação. Sendo assim, as pessoas ficam propensas, quando recebem uma ordem, a reproduzir atitudes bárbaras em nome de qualquer ideal, o que poderia ser evitado, segundo Adorno (2000), se houvesse o esclarecimento geral, ou seja, intelectual, social e cultural.

Nesse sentido, Adorno (2000) afirma que a imposição de vínculos de compromisso (como, por exemplo, leis do código penal que forcem o sujeito a observar seus atos e consequências em suas interações com o outro), ao contrário do que algumas pessoas bem intencionadas acreditam, não impede que se repita a violência ocorrida nos campos de concentração nazistas, já que essas regras são obedecidas sem reflexão, pois são leis dadas por autoridades externas – tutores, governantes, líderes religiosos – que não são engendradas pelo indivíduo e, por isso, incompatíveis com suas experiências, permanecendo externas a ele. A intenção de quem

propõe esses vínculos é a de resgatar a autoridade sobre sujeitos que não estavam habituados a tomar suas próprias decisões por não terem liberdade para isso. Porém, o resultado é desastroso, pois submete as pessoas a comandos autoritários sem serem contestados por uma avaliação crítica que permita concluir se eles são substanciais para elas. Essa crítica de Adorno poderia sustentar, por exemplo, um argumento contrário à redução da idade de responsabilidade penal, defendida por aqueles que pensam que essa medida coibiria um jovem de praticar um crime. A partir do que foi apontado, não há motivos para se pensar que a lei não lhe permaneceria externa. É certo que a lei tende a coibir infrações, mas, por si só, não é capaz de convencer um jovem a não praticar crimes. Aliás, a não observância da lei pode até mesmo ser um incentivo a mais para uma transgressão, como se fosse um desafio imposto por outro.

Adorno também observa no comportamento coletivo atitudes irracionais semelhantes às do sujeito que consentiu com os campos de concentração. Ele cita como exemplos os torcedores que vão aos campos esportivos e também os rituais de iniciação que acontecem aos jovens nas primeiras experiências na escola com o objetivo de torná-los um membro do grupo. Para definir essas pessoas que se diluem no coletivo e passam a enxergar os outros como uma massa amorfa, Adorno (2000) usa o termo “caráter manipulador” e é contra a formação dessa personalidade. Ele acredita que a educação deve empenhar-se para que a humanidade não experimente outra forma de barbárie como a de Auschwitz.

Assim, Adorno (2000) propõe a utilização de todo o conhecimento científico, sobretudo a psicanálise, para compreender como é possível a formação desse caráter, com o intuito de estabelecer uma educação que possa impedir as condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tendo em mente estruturas internas e externas que contribuem para isso. O autor chama de “consciência coisificada” algo típico em pessoas que se tornam coisas e não vislumbram qualquer possibilidade de mudar o padrão de comportamento a que estão condicionadas. Sendo assim, esse pensador acredita ser o rompimento desse padrão uma maneira de reverter o processo de formação dessa personalidade (ADORNO, 2000).

A formação dessa consciência coisificada está atrelada à fetichização da técnica, pois, ao invés de o progresso tecnológico ser considerado um meio para atender a “autoconservação da espécie humana”, ele é visto como “um fim em si mesmo”, ou seja, as pessoas perdem a capacidade de perceber condições indignas de vida presentes na sociedade, já que direcionam sua atenção para a técnica. Isso fica evidente, segundo Adorno, quando os responsáveis pela criação do sistema ferroviário usado para transportar as vítimas de Auschwitz desconsideraram o que aconteceria com elas ao chegarem a seu destino (ADORNO, 2000, p. 132).

Em relação a esse fetiche, Adorno (2000) disserta sobre a incapacidade de o ser humano amar e de transferir esse amor para os meios, para os equipamentos, uma vez que o homem possui uma frieza que é potencializada por esse amor deficiente. O autor observa que essa frieza torna as pessoas alheias aos seus semelhantes e que a sociedade é composta por um conjunto de pessoas frias que se relacionam umas com as outras por interesses próprios, e que, embora não suportem essa frieza, nada procuram fazer para mudá-la. Essa condição associa-se a um clima cultural e “combatê-lo significa o mesmo que ser contra o espírito do mundo” (ADORNO, 2000, p. 133).

Por fim, Adorno (2000) reitera a importância da compreensão dos mecanismos subjetivos formadores de uma consciência capaz de praticar atitudes desumanas como a que ocorreu em Auschwitz, e, para tanto, recorre novamente aos estudos da psicologia que esclarecem que a razão, embora não seja suficiente para elaborar os mecanismos inconscientes, contribui para o desenvolvimento de resistência contra extremismos. O autor esclarece, ainda, que o conhecimento de determinados caracteres patogênicos presentes na civilização e o entendimento sobre como eles são formados colaboram para evitar que se desenvolvam. Além disso, aponta que é fundamental perceber quais seriam os grupos vulneráveis ao direcionamento da fúria dessas pessoas.

6. Considerações finais

Diante de tais reflexões, nota-se que a organização social impõe diversas barreiras à formação do indivíduo, pois o ambiente cultural

induz à massificação e à uniformização, além de impedir o desenvolvimento de uma consciência que resista a essa coerção. Por outro lado, o próprio sujeito é responsável por permanecer nessa condição de tutelado e faz essa escolha pela ilusão de que isso lhe garante segurança e conforto, condições essas que justificam seu comodismo. O prejuízo disso reside em alguns pontos que serão apresentados a seguir e culmina em impasses para o pleno exercício da democracia.

O primeiro deles é a inabilidade para fazer uso público da razão, pois, tendendo à pseudoformação, o sujeito não desenvolve as competências necessárias para tomar suas decisões alicerçadas na razão (após avaliação criteriosa sobre a substancialidade e possíveis consequências de sua deliberação). Dessa forma, sua escolha é pautada em agentes externos, os quais são tomados como referências inquestionáveis que o direcionam, sem qualquer contestação, para práticas que interessam a esses agentes, ainda que sejam atitudes que ferem os direitos essenciais à vida de seus semelhantes. Dessa maneira, não há o desenvolvimento de uma autonomia moral, a qual fica a cargo de instituições sociais, sobretudo, das religiosas.

Outro aspecto a ser pontuado é a pobreza de experiências que tem distanciado o homem de seu patrimônio cultural. Este hiato é provocado pela ausência de experiências dignas de serem transmitidas, pois os homens têm experimentado todo tipo de miséria e barbárie originado pelas guerras e pelas decisões dos governantes, e, porque, ébrios com todo o progresso e desenvolvimento tecnológico – que acentuam mudanças significativas em curto espaço de tempo –, passam a ter a impressão de que a cada nova informação um conhecimento anterior perde a validade, tornando-se ávidos pelo novo, pelo que está por vir, e desconsideram o que foi produzido anteriormente. Tudo isso prejudica o desenvolvimento humano e deixa uma dívida imensurável como legado para as próximas gerações.

O terceiro ponto a ser observado refere-se a esse legado cultural, pois o que tem sido produzido pela indústria cultural segue as regras do mercado e, por isso, está engessado no efeito que produz, ou seja, são produtos reduzidos à utilidade que possuem na vida das pessoas como ideais orientadores de comportamento, cuja finalidade é a garantia do lucro que será obtido com sua comercialização. Dessa forma, sustentam a alienação, desfavorecendo a busca pela autodeterminação.

Por fim, a democracia segue uma via de mão dupla, pois somente um regime democrático oferece as condições necessárias para a autodeterminação, e é esta quem garante o desenvolvimento desse regime.

Dessa forma, as questões discutidas neste estudo evidenciam os impasses para o exercício da plena democracia e o quão significativo isso é em função do possível retrocesso quanto à conquista de direitos humanos, de igualdade política, de responsabilidade ética, enfim, de condições mínimas para a garantia do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. A Indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional, 1978.

_____. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KANT, I. **Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?** Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Pensadores).